



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Comissão do Plano e Orçamento

IX LEGISLATURA

RELATÓRIO

Assunto: Relatório das Actividades da Comissão do Plano e Orçamento referente ao ano de 2020

Maputo, Dezembro de 2020

SUMÁRIO EXECUTIVO

O ano de 2020 marca o início do quinquénio 2020-2024 e o início da IX legislatura. Criaram-se as comissões de trabalho, tendo os novos deputados integrados na CPO se familiarizado com a dinâmica dos trabalhos e com a metodologia proposta.

Em cumprimento das actividades plasmadas no plano de actividades para 2020, a CPO realizou 40 sessões plenárias, correspondendo a duas sessões ordinárias a primeira e segunda da IX Legislatura, onde apreciaram e aprovaram 11 pareceres.

Realça-se a recepção em audição parlamentar de sua Excelência Ministro da Economia e Finanças, Dr. Adriano Afonso Maleiane, durante a apreciação de diversas matérias sob sua tutela, com destaque para a apreciação da Proposta do Programa Quinquenal do Governo para 2020-2024; as Propostas do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para os exercícios económicos de 2020 e de 2021; a Proposta de Lei que Altera a Lei n.º3/2020, de 22 de Abril, que Aprova o Orçamento do Estado de 2020; as Propostas de Prorrogação do IVA e do ICE, incluindo a Proposta de Lei sobre as Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Igualmente, a CPO recebeu em audição parlamentar a Confederação das Associações Económicas de Moçambique, a Associação Moçambicana de Bancos e Quadros do Banco de Moçambique, estes últimos, para apresentarem a proposta de modelo de fundo soberano para Moçambique.

No concernente às visitas efectuadas, no contexto interno, no âmbito das jornadas parlamentares de fiscalização, a CPO efectuou visitas de trabalho aos distritos de Lago, Nacala Porto, Maxixe, Homoine, Limpopo e Chongoene, incluindo as respectivas capitais provinciais. A CPO realizou, igualmente visitas ao Ministério da Economia e Finanças; a Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia e as Fábricas de Cerveja Heineken e 2M.

As actividades anteriormente descritas constam das sínteses e relatórios, que se encontram no Secretariado da CPO para consulta.

A CPO considera o ano em análise bastante proficiente, apesar dos condicionalismos impostos pela propagação da pandemia da COVID-19, porquanto, maior parte das acções inscritas no seu Programa de Actividades foram executadas.

I. INTRODUÇÃO

O documento apresenta as actividades realizadas pela Comissão do Plano e Orçamento no âmbito das atribuições consagradas no Regimento da Assembleia da República, mormente pareceres, resoluções e relatórios de análise na especialidade preparados ao nível da CPO; os encontros realizados com entidades externas; a participação da CPO em seminários e workshops e as visitas realizadas às províncias do País.

Encontram-se reflectida também as dotações orçamentais atribuídas à CPO e à SADCOPAC bem como as despesas efectuadas, incluindo a assiduidade, particularmente a participação dos membros nas actividades da CPO bem como os aspectos disciplinares.

Por fim, são arrolados os aspectos que comprometeram a prossecução cabal das tarefas e recomendações que servirão de reflexão, com vista a uma efectiva actuação do órgão.

II. ACTIVIDADES REALIZADAS A NÍVEL INTERNO

A CPO, durante o período em análise, realizou 40 reuniões, encontrando-se as respectivas sínteses no Secretariado da CPO. Dessas sessões importa destacar o seguinte:

2.1. Elaboração de Pareceres, Resoluções e Relatórios

Em cumprimento do Despacho de Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia da República, a CPO elaborou:

2.1.1. Pareceres

- Parecer nº 01/2020, de 30 de Março, relativo à Proposta do Programa Quinquenal do Governo para 2020-2024;
- Parecer n.º 02/2020 de 13 de Abril, relativo à proposta do PES e OE para 2020;
- Parecer nº 03/2020, de 05 de Maio, sobre a Conta Geral do Estado de 2018;
- Parecer n.º 04/2020, de 18 de Maio, relativo à Proposta de lei que altera o n.º 13 do artigo 9 do Código do IVA, aprovado e republicado pela Lei 32/2007, de 31 de Dezembro, republicado pela Lei 13/2016 de 30 de Dezembro;
- Parecer n.º 05/2020, de 19 de Outubro, relativo à Proposta de Lei que Estabelece o Regime Jurídico Especial de Perda Alargada de Bens e Recuperação de Activos;
- Parecer n.º 06/2020 de 26 de Outubro, sobre a Proposta de Lei que Altera a Lei n.º 3/2020, de 22 de Abril, que Aprova o Orçamento do Estado de 2020;

- Parecer n.º 07/2020, de 30 de Outubro, sobre a Proposta de Lei que revê a Lei n.º9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE);
- Parecer n.º 08 /2020, de 17 de Novembro, sobre a Proposta de Lei que altera o n.º 13 do artigo 9 do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aprovado pela Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro, republicado pela Lei n.º 13/2016, de 30 de Dezembro, e alterado pela Lei n.º 5/2020, de 29 de Maio;
- Parecer nº09/2020, de 24 de Novembro, sobre a Proposta de Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;
- Parecer n.º 10/2020 de 25 de Novembro, relativo às Propostas do Plano Económico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para 2021;
- Parecer n.º 11/2020, de 10 de Dezembro, sobre a Proposta de Lei que Prorroga a Aplicação das Taxas do Imposto sobre Consumos Específicos, constantes da Tabela anexa ao Código do Imposto sobre Consumos Específicos (CICE), aprovado pela Lei n.º 17/2017, de 28 de Dezembro.

2.1.2. Projectos de Resolução e de Leis

- Resolução que aprova a Conta Geral do Estado para 2018;
- Resoluções que aprovam o Plano Económico e Social para 2020 e 2021.
- Leis que aprovam o Orçamento do Estado de 2020 e 2021.

2.1.3. Relatórios de análise na Especialidade

- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2020.
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que Altera a Lei n.º 03/2020, de 22 de Abril, que Aprova o Orçamento do Estado de 2020.

- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que altera o n.º13 do artigo 9 do Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), aprovado pela Lei n.º 32/2007, de 31 de Dezembro, e republicado pela Lei n.º 13/2016, de 30 de Dezembro;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que Prorroga a Aplicação das Taxas do Imposto sobre Consumos Específicos, constantes da Tabela anexa ao Código do Imposto sobre Consumos Específicos, aprovado pela Lei n.º 17/2017, de 28 de Dezembro.
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que Estabelece o Regime Jurídico Especial de Perda Alargada de Bens e Recuperação de Activos;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei que revê a Lei nº 9/2002, de 12 de Fevereiro, que cria o Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE);
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras;
- Relatório de análise, na especialidade, da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2021;
- Relatório de análise na especialidade sobre a proposta de Lei que Prorroga a Aplicação das Taxas do Imposto sobre Consumos Específicos, constantes da Tabela anexa ao Código do Imposto sobre Consumos Específicos (CICE), aprovado pela Lei n.º 17/2017, de 28 de Dezembro.

2.2. Seminários/Retiros

- Participação no seminário realizado no distrito de Bilene, Província de Gaza, de 04 a 07 de Outubro de 2020 com o financiamento do Instituto para Democracia Multipartidária (IMD), cuja finalidade visava capacitar os deputados em matérias da competência da CPO, com enfoque para as seguintes matérias: (i) Função Fiscalizadora da Assembleia da República e o Papel das Comissões de Trabalho; (ii) Instrumentos de Planificação e Orçamentação, monitoria/avaliação, bem como o ponto de situação da Implementação da Lei do SISTAFE; (iii) Fiscalização e gestão das receitas da indústria extractiva; (iv) o papel do Tribunal Administrativo no processo de auditoria das contas públicas e (v) o Papel do GCC na Luta Contra os Fluxos Financeiros Ilícitos.
- Participação no seminário realizado no Distrito de Matutuine, Província de Maputo, de 14 a 15 de Novembro de 2020, em parceria com a UNICEF/IMD, com o objectivo de capacitar os Deputados,

membros da Comissão do Plano e Orçamento (CPO), na Análise e Apreciação da Propostas do Plano Economico e Social (PES) e do Orçamento do Estado (OE) para 2021.

- Participação no retiro realizado no distrito de Matutuine, província de Maputo, de 28 a 29 de Novembro de 2020 com o financiamento do Consórcio das OSC Constituído pela N'weti, Terra Viva; Kuwuka e Sekelekani, com o objectivo de se fazer uma reflexão em torno da proposta de criação do Fundo Soberano para Moçambique.
- Participação na mesa redonda virtual em pareceria com o IMD, no dia 30 de Agosto de 2020, subordinada aos temas o Impacto da COVID-19 no sector extractivo: urgência da criação do fundo soberano e o impacto sócio económico da COVID-19 em Moçambique.
- Participação na mesa redonda virtual, em pareceria com o UNICEF subordinada aos temas fiscalização parlamentar no âmbito da descentralização e o impacto da Covid-19 nas crianças e nos sectores sociais em Moçambique.

2.3 Visitas de trabalho

2.3.1 Visitas de trabalho ao nível interno

2.3.1.1 Visita ao Ministério da Economia e Finanças

A CPO efectuou no dia 28 de Setembro uma visita ao Ministério da Economia e Finanças com o objectivo de ter um panorama da evolução macroeconómica do País, face aos efeitos da pandemia da Covid-19.

2.3.1.2 Visita à Terminal Internacional Rodoviário de Ressano Garcia

A CPO visitou, no dia 30 de Setembro a Terminal Internacional Rodoviária (TIRO), tendo constatado que o volume de colecta de receitas continua a fluir eficientemente, beneficiando do encerramento das fronteiras de Goba e Ponta d'Ouro e as metas planificadas estão a ser alcançadas, dada a proficiência e esforço desmedido dos técnicos da Autoridade tributaria.

A CPO constatou que, apesar deste esforço, a Autoridade Tributária resente-se da exiguidade de recursos financeiros bem como de falta de recursos humanos e meios circulantes para fazer face à fuga ao fisco e contrabando de mercadorias, assim como a falta de residências condignas para os seus quadros.

2.3.1.3 Visita à Empresa de Cervejas Heneiken e 2M

A CPO visitou no dia 01 de Outubro as empresas cervejeiras Heneiken e 2M que se tem ressentido das medidas restritivas impostas pelo Estado de Emergência, pois as casas de pasto e “barracas” encontram-se encerradas, principal fonte de canalização dos seus produtos. Manifestaram preocupação com a obrigatoriedade de selagem das cervejas, tendo em conta que a colocação de um dispositivo de selagem poderá atrasar a linha de produção e encarecer o preço do produto final.

2.3.2 Visitas às Províncias

A CPO efectuou de 16 de Agosto a 30 de Agosto visitas de trabalho às Províncias de Niassa, Nampula, Inhambane e Gaza e de 29 de Setembro a 02 de Outubro a Província de Maputo.

2.3.2.1 Distritos visitados

- **ZONA SUL-** **Cidade da Matola e Marracuene** (Maputo Província); **Cidade de Xai-Xai, Chongoene e Limpopo** (Gaza); **Cidade de Inhambane, Homoine e Maxixe** (Província de Inhambane);
- **ZONA NORTE-** **Cidade de Nampula, Nacala-Porto** (Província de Nampula); **Cidade de Lichinga e Lago** (Província de Niassa)

2.3.2.2 Objectivos das visitas

- Verificar o grau de implementação das acções vertidas no Plano Económico e Social (PES) e da execução do Orçamento do Estado (OE) da Província e dos Distritos durante o primeiro semestre de 2020;
- Acompanhar como os órgãos de governação descentralizada e de Representação do Estado ao nível da Província fazem a sua monitoria e quais os desafios que esta actividade acarreta;
- Recolher Propostas do PES e do OE para 2021.

De uma forma geral, importa referir algumas constatações supervenientes:

- Retração do sector do turismo;
- Precariedade das vias de acesso;
- Existência de muita terra ociosa e subaproveitada pelos titulares;
- Falta de critérios transparentes e excesso de burocracia para os cidadãos acederem aos créditos do BNI, no âmbito da COVID-19;
- Recrudescimento da violência perpetrada por insurgentes em Cabo Delgado;

- Fraca cobertura de água potável.

De realçar que o trabalho do Executivo nas províncias e nos distritos visitados, respeitante ao primeiro semestre de 2020 foi satisfatório, apesar dos constrangimentos anteriormente descritos, relacionados com a pandemia da COVID-19 que obrigou a diversas restrições que impactaram significativamente na colecta de receitas planificadas.

2.3.3 Visitas ao Exterior

2.3.3.1 Participação da CPO na Reunião da SADCOPAC

Participação na Reunião do Conselho Directivo no dia 11 de Março de 2020 e no encontro de Acção de Formação de 12 a 13 de Março de 2020, no Avani Lesotho Hotel, Maseru, Reino do Lesotho, tendo a CPO sido representada pela seguinte delegação:

- Cernilde Amélia Muchanga de Mendocha, Vice-Presidente da CPO e Chefe da Delegação;
- José Manuel Samo Gudo, Relator da CPO;
- Abdul Issufo, Membro da CPO;
- Fernando Bismarque Ali, Membro da CPO;
- Antonieta Muchabje, Assistente da CPO; e
- Narcisio Manjate, Tradutor e Intérprete da AR.

A **Acção de Formação** da SADCOPAC para os Membros das PACs e os Técnicos de Apoio centrou-se dentre outras, nas seguintes matérias: (i) O Sector da Indústria Extractiva nas Economias da SADC; (ii) Auditoria de Contractos da Indústria Extractiva: Papel das SAIs na Garantia da Transparência e Prestação de Contas na Indústria Extractiva e (iii) Regras de Preços de Transferência e Fluxos Financeiros Ilícitos.

3. ORÇAMENTO

A dotação orçamental atribuída à CPO para 2020 foi de 6.525.000 Meticais e para a SADCOPAC de 1.000.000 Meticais. Refira-se que estes montantes cobriram as despesas referentes as actividades, as senhas de presença para a I e II Sessões Ordinárias da IX Legislatura, as ajudas de custos para as visitas de trabalho as províncias e ao exterior, bem como às passagens aéreas.

4. ASSIDUIDADE

A participação dos membros foi salutar, incluindo a metodologia de trabalho proposta o que permitiu o cumprimento integral das actividades programadas.

5. CONSTRAGIMENTOS

- Insuficiência de recursos para o cumprimento integral das visitas às províncias.

6. CONCLUSÃO

Considera-se positivo o trabalho realizado pela CPO durante o ano de 2020, tendo em conta que todas as matérias a si remetidas, assim como algumas actividades programadas, mereceram o devido tratamento, com a observância dos prazos preconizados na legislação.

Maputo, Fevereiro de 2021